



**Processo nº** 10840.001875/2006-94  
**Recurso** Voluntário  
**Acórdão nº** **2301-006.459 – 2<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 3<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma Ordinária**  
**Sessão de** 11 de setembro de 2019  
**Recorrente** MARCO LUIZ CARNIELLI  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)**

Exercício: 2003

RENDIMENTOS RECEBIDOS ACUMULADAMENTE. REGIME DE COMPETÊNCIA. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). RECURSO EXTRAORDINÁRIO (RE) N° 614.406/RS. REPERCUSSÃO GERAL. APLICAÇÃO OBRIGATÓRIA.

A decisão definitiva de mérito no RE nº 614.406/RS, proferida pelo STF na sistemática da repercussão geral, deve ser reproduzida pelos conselheiros no julgamento dos recursos no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

O IRPF sobre os rendimentos recebidos acumuladamente deve ser calculado utilizando-se as tabelas e alíquotas do imposto vigentes a cada mês de referência (regime de competência).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso e determinar a retificação do montante do crédito tributário com a aplicação das tabelas progressivas vigentes à época em que os rendimentos eram devidos.

(documento assinado digitalmente)

João Maurício Vital - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Antonio Sávio Nastureles - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Antonio Sávio Nastureles, Wesley Rocha, Cleber Ferreira Nunes Leite, Marcelo Freitas de Souza Costa, Sheila Aires Cartaxo Gomes, Virgílio Cansino Gil (suplente convocado em substituição à conselheira Juliana Marteli Fais Feriato), Wilderson Botto (suplente convocado) e João Maurício Vital (Presidente).

## **Relatório**

1. Trata-se de julgar recurso voluntário (e-fls 185/186) interposto em face do Acórdão nº 03-26.793 (e-fls 172/176) prolatado pela DRJ/BSA em sessão de julgamento realizada em 10 de setembro de 2008.

2. Faz-se a transcrição do relatório inserto na decisão recorrida:

---

início da transcrição do relatório contido no Acórdão nº 03-26.793

---

Contra o contribuinte acima identificado foi lavrado auto de infração de fl.09/15, referente ao imposto de renda pessoa física, exercícios 2003, ano-calendário 2002. O crédito tributário apurado está assim constituído:

<b>Demonstrativo do Crédito Tributário (em R\$)</b>	
Imposto Suplementar	9.551,24
Multa de Ofício (75%)	4.663,43
Juros de Mora - calculados até o lançamento	10.262,44
<b>Total do crédito tributário apurado</b>	<b>44.477,11</b>

No demonstrativo das infrações e enquadramento legal às fl. 10/11, as infrações apuradas estão, em síntese, assim descritas:

- **Omissão de rendimentos tributáveis recebidos de Pessoa Jurídica:** Valor alterado conforme termo de verificação e intimação fiscal. As alegações do contribuinte não foram aceitas pela fiscalização;

- **Contribuição à Previdência Oficial:** dedução indevida a título de contribuição à Previdência Social;

- **Dedução indevida a título de dependentes:** o contribuinte apresentou alegações que não foram aceitas pela fiscalização;

- **Dedução indevida a título de despesas com instrução:** o contribuinte apresentou alegações que não foram aceitas pela fiscalização;

- **Dedução indevida a título de imposto de renda retido na fonte:** o contribuinte apresentou alegações que não foram aceitas pela fiscalização;

- **Dedução indevida à título de despesas médicas:** regularmente intimado, o contribuinte apresentou suas contestações que não foram aceitas.

Também foram alterados os valores, referentes aos rendimentos isentos e não-tributáveis e rendimentos sujeitos à tributação exclusiva/definitiva, conforme demonstrado em planilhas.

Cientificado do lançamento, o contribuinte impugna parcialmente o lançamento, alegando, resumidamente, o que se segue:

Afirma que conforme a discriminação efetuada pelo fiscal os valores dos rendimentos tributáveis informados foram recalculados, mas o imposto de renda na fonte não. Se os valores informados na Dirf pela empresa Usina São Martinho S/A não estavam corretos, a empresa também deixou de recolher corretamente o devido IRRF, sendo certo que, da forma que foram corrigidos os valores, o contribuinte passa a ser penalizado, pois o valor da tributação aumentou e o IRRF não foi corrigido.

Apresenta planilhas de cálculo onde constam os valores que julga serem corretos para a nova declaração. Informa ainda que concorda com as exclusões efetuadas referente a deduções: dependentes, despesas com instrução e alteração despesas médicas.

---

final da transcrição do relatório contido no Acórdão nº 03-26.793

---

2.1. Ao julgar procedente o lançamento, mantendo o crédito tributário exigido, o acórdão recorrido tem a ementa que se segue:

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF**

Exercício: 2003

**MATÉRIAS NÃO IMPUGNADAS. DEPENDENTES. DESPESAS COM INSTRUÇÃO. DESPESAS MÉDICAS.**

Consideram-se não impugnadas, portanto não litigiosas, as matérias que não tenham sido expressamente contestadas pelo contribuinte.

**OMISSÃO DE RENDIMENTOS. PESSOA JURÍDICA. AÇÃO TRABALHISTA.**

Os rendimentos recebidos acumuladamente em decorrência de ação trabalhista são tributáveis na fonte e na Declaração de Ajuste Anual

3. Ao interpor o recurso voluntário (e-fls 185/186), o Recorrente informa sobre a liberação da restituição referente ao Exercício de 2004, e pede a análise dos documentos anexados (e-fls 187/216) e “*da decisão do julgamento do processo nº 10840.0018875/2006-94*” (e-fls. 185).

É o relatório.

**Voto**

Conselheiro Antonio Sávio Nastureles, Relator.

4. O recurso é tempestivo e atende aos requisitos de admissibilidade.
5. Considero que, ao aplicar o entendimento vigente à época da prolação, a decisão de primeira instância perfez análise correta das questões submetidas a julgamento.
6. Reproduzo a fundamentação:

---

início da transcrição do voto contido no Acórdão nº 03-26.793

---

A fiscalização, com base nos documentos referentes à ação judicial movida contra Usina São Martinho S/A (fls. 69/125), elaborou as planilhas de folhas 159/161 recalculando os valores recebidos pelo contribuinte, no ano-calendário de 2002, de modo a apurar o montante de rendimentos tributáveis, isentos ou não-tributáveis e tributados exclusivamente na fonte.

O impugnante, por sua vez, alega que, como o Fiscal, em seu cálculo, aumentou os rendimentos tributáveis, deveria também aumentar o valor do imposto de renda retido na fonte. Diz que, se a empresa deixou de recolher o IRRF corretamente, o contribuinte não pode ser penalizado.

Tal alegação não procede. Destaca-se o que dispõe os itens 11 e 14 do Parecer Normativo Cosit nº 1 de 24 de setembro de 2002:

**Imposto retido como antecipação**

11. Diferentemente do regime anterior, no qual a responsabilidade pela retenção e recolhimento do imposto é exclusiva da fonte pagadora, no regime de retenção do imposto por antecipação, além da responsabilidade atribuída à fonte pagadora para a retenção e recolhimento do imposto de renda na fonte, a legislação determina que a apuração definitiva do imposto de renda seja efetuada pelo contribuinte, pessoa física, na declaração de ajuste anual, e, pessoa jurídica, na data prevista para o encerramento do período de apuração em que o rendimento for tributado, seja trimestral, mensal estimado ou anual.

(...)

14. Por outro lado, se somente após a data prevista para a entrega da declaração de ajuste anual, no caso de pessoa física, ou, após a data prevista para o encerramento do período de apuração em que o rendimento for tributado, seja trimestral, mensal estimado ou anual, no caso de pessoa jurídica, for constatado que não houve retenção do imposto, o destinatário da exigência passa a ser o contribuinte. Com efeito, se a lei exige que o contribuinte submeta os rendimentos à tributação, apure o imposto efetivo, considerando todos os rendimentos, a partir das datas referidas não se pode mais exigir da fonte pagadora o imposto.

Como se vê, mesmo que a empresa tivesse deixado de recolher corretamente o IRRF, como alega o reclamante, a responsabilidade pela apuração definitiva do imposto é do contribuinte que deverá submeter os rendimentos à tributação no ajuste anual, podendo utilizar como dedução somente o valor efetivamente retido na fonte que, no presente caso, foi de R\$ 32.237,10.

Pela análise dos documentos referentes à ação, acostados aos autos (fls. 126/155), verifica-se que os pagamentos efetuados foram em parcelas no montante de R\$ 19.666,62 sendo retido a título de IRRF o valor de R\$ 3.094,72. O total retido na fonte pela empresa foi de R\$ 32.237,10 (Darf fls. 142/151) exatamente o valor informado no comprovante de rendimentos. Por sua vez, a fiscalização efetuou o cálculo proporcional para o IRRF (fl. 159) resultando no valor de R\$ 2.866,94 referente ao IRRF relativo aos rendimentos tributados exclusivamente na fonte e R\$ 29.370,16 relativo ao IRRF referente aos rendimentos tributáveis.

O valor recebido mês a mês foi de R\$ 19.666,62. O valor de R\$ 15.974,93 informado pela fiscalização como “rendimentos tributáveis” é a parte relativa aos rendimentos recebido nos meses de fevereiro a dezembro (R\$ 19.666,62), descontado o montante relativo aos rendimentos isentos ou não tributáveis e os tributáveis exclusivamente na fonte (fls. 159/161). Ou seja, a planilha demonstra que foram recebidos, no ano-calendário de 2002, rendimentos tributáveis no valor total de R\$ 175.724,26, valor este considerado como rendimento tributável quando da alteração da DIRPF.

7. Não obstante a decisão de primeira instância tenha formulado análise técnica a respeito da matéria questionada no recurso voluntário, é preciso considerar que os rendimentos percebidos no âmbito das ações judiciais trabalhistas, tal como verificado nos presentes autos, estão submetidos ao regime de rendimentos recebidos acumuladamente.

8. Como é sabido, e sem desnecessária delonga, e consoante o inc. II do § 12 do art. 67 do Regimento Interno do Carf aprovado pela Portaria MF nº 343, de 9 de junho de 2015, é imperiosa a aplicação do entendimento esposado no RE 614.406, do STF, que, sob o rito de repercussão geral, reconheceu a inconstitucionalidade parcial, sem redução de texto, do art. 12 da Lei nº 7.713, de 1988, e estabeleceu o regime de competência para efeito do cálculo do Imposto de Renda sobre RRA. Ou seja, o cálculo deverá observar as tabelas vigentes em cada mês a que se refere o rendimento recebido acumuladamente.

## CONCLUSÃO

9. Diante do exposto, voto por negar provimento ao recurso e determinar a retificação do montante do crédito tributário com a aplicação das tabelas progressivas vigentes à época em que os rendimentos eram devidos.

(documento assinado digitalmente)

Antonio Sávio Nastureles